

PREFÁCIO

Em “Educação para além do Capital”, István Mészáros reforça que as soluções para a educação devem ser estruturais e não pontuais. Com essa afirmação, o filósofo húngaro defendia a perspectiva de superação dos processos de alienação, de inculcação, de interiorização das formas de sentir, de pensar e de agir, que naturalizam as relações de produção da vida por meio de medidas paliativas, sem abordar condições fundamentais da sociedade mercantil-capitalista.

Para romper com os processos de mercadorização da vida, Mészáros considerava necessário vincular a educação ao trabalho, de modo que as lutas emancipatórias presentes na sociedade possam potencializar reivindicações por igualdade substantiva alicerçada na mais rica pluralidade sociocultural. O restabelecimento da unidade entre trabalho e educação tem como perspectiva a ruptura com as condições de exploração, de dominação, de opressão presentes na sociedade capitalista, implicando em uma convicção e um desafio.

A convicção consiste em resistir à panaceia burguesa que evoca a neutralidade do conhecimento, da ciência, do saber como estratégia para adaptação da classe trabalhadora às exigências técnico-operativas e ético-políticas do Capital. O desafio diz respeito à ampliação da concepção de mundo, dos valores políticos, das relações entre os processos objetivos vigentes na sociedade e as trajetórias subjetivas da classe que vive do trabalho, como ressalta Ricardo Antunes.

O conjunto dos capítulos que compõem a obra *Educação e Crítica: formação humana, políticas e práticas sociais* guarda o sentido da resistência na convicção da denúncia aos processos de subordinação do Capital em tempos de reestruturação produtiva e no desafio de anunciar a capacidade de mobilização, de organização e de proposição que movimentos de caráter emancipatório sistematizam contra a corrente da exploração, da dominação, da opressão. Seus autores convidam à reflexão, à compreensão e à análise crítica acerca dos processos educacionais como expressão da correlação de forças, das lutas de classe, dos projetos em disputa na sociedade brasileira.

Ao denunciar a subordinação e anunciar a resistência, demonstram que a formação humana requer um processo educacional que supere a mera preparação para o trabalho precário, que escamoteia a subordinação do (a) trabalhador (a) por meio de um léxico empresarial que exalta o empreendedorismo, a empregabilidade, a adaptabilidade às mudanças proporcionadas pelo que François Chesnais denomina como financeirização da economia. Significa dizer que a unidade entre trabalho e educação implica que a ciência, a tecnologia, a arte, a cultura, dentre outras dimensões da vida social, atendam ao desenvolvimento das capacidades humanas em uma perspectiva crítico-criativa.

Com competência, densidade e rigor no trabalho de pesquisa, os capítulos revelam uma abordagem teórica, ética e política que se alinha aos propósitos da transformação social e da emancipação humana, contrapondo-se ao atual recrudescimento da hegemonia neoliberal com a implantação de políticas que acentuam a exploração do trabalho, que retiram e negam direitos, que distorcem a realidade. Orientam-se pelas elaborações de Paulo Freire referentes ao “ser mais”, em que o comprometimento com os interesses, as trajetórias e os projetos da classe trabalhadora rompem com as políticas que, pautadas no alívio à pobreza, buscam preservar as relações de exploração, de dominação, de opressão.

Ao referir-se às possibilidades de resistência e de ruptura, os autores conduzem suas análises pela compreensão do pluralismo sociocultural que constitui as experiências e as perspectivas de trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas pela vida digna. São camponeses, mulheres, professores e professoras que, pelo trabalho, fazem educação, fazem cultura, fazem ciência, fazem arte para potencializar uma educação popular em que “inéditos viáveis”, no sentido freireano, possam fluir de processos pedagógicos em favor de uma práxis libertadora e emancipadora.

A negação da pluralidade sociocultural deixou, e deixa, registros indeléveis na história como expressão de regimes políticos totalitários, em que um dos exemplos mais contundentes se configura na

emergência dos nazifascismos. Já em meados da terceira década do século XXI, o Capital atualiza essas expressões totalitárias, buscando apagar os processos históricos da produção sociocultural da identidade e da diferença.

Situações de violência e de genocídio, como as que ocorrem na Faixa de Gaza ou nas metrópoles brasileiras, atestam a incapacidade de convivência das necessidades de acumulação capitalista com a pluralidade sociocultural da humanidade e suas reivindicações. Nem mesmo os discursos evasivos e as práticas assimilacionistas que preservam as relações de exploração, de dominação e de opressão conseguem ocultar a desfaçatez dos grupos econômicos e políticos com suas soluções para os conflitos, as necessidades e as reivindicações socioculturais.

Os autores de *Educação e crítica: formação humana, políticas e práxis sociais* alinham, portanto, suas análises acerca dos processos político-pedagógicos como construção coletiva em que conquistas democráticas efetivas decorrem de movimentos emancipatórios que superam mecanismos tanto de homogeneização quanto de fragmentação sociocultural. Em suas formulações, o trabalho assume um sentido edificante como a dimensão humana impulsionadora do pluralismo sociocultural.

Apesar da tendência homogeneizante e fragmentadora do Capital, consideram que, pelo trabalho, estabelecem-se possibilidades de formação identitária, de criação cultural, de produção político-pedagógica diversas e em condições de superar os contextos subalternizantes existentes na sociedade capitalista pela valorização da dimensão criativa do humano. Nesse contexto, a educação se manifesta referenciada em questões de justiça, expressando interesses, compartilhamento de decisões e interpretações do mundo distintas da construção ideopolítica que a burguesia brasileira associada à internacionalização da economia forjou em termos de desenvolvimento nacional.

Ao longo de toda a obra, os autores debatem projetos pautados em valores de justiça a partir de uma crítica estrutural, e não pontual,

sobre as contradições do capitalismo em escala mundial e suas repercussões no Brasil atual. Reforçam a importância da participação consciente dos sujeitos e dos grupos pertencentes à classe trabalhadora no envolvimento com o trabalho educativo como um processo que extrapola a lógica produtivista, competitiva e meritocrática dos processos pedagógicos do Capital para construir uma educação na perspectiva de que Marx salientava a partir de uma formação humana integral, omnilateral.

Nesta obra, a educação cumpre um lugar central na construção de alternativas democráticas e emancipatórias para a sociedade. Não se espera que as contradições do capitalismo conduzam à superação espontânea e natural de uma realidade cada vez mais violenta e desigual. Tampouco a atuação voluntarista de agentes educacionais pode conseguir incutir uma disposição revolucionária em um contexto tão marcado pela negação, pelo conformismo e pela desumanização. A expectativa é que uma educação comprometida com um projeto democrático e emancipatório possa contribuir na mobilização de forças sociais para um embate contra hegemônico no âmbito mesmo da materialidade que produz a exploração, a dominação e a opressão.

Lembrando as referências de Gramsci no pessimismo da razão e otimismo da vontade, considero que esta obra reúne, com equilíbrio muito preciso, rigor teórico e compromisso político. Trata-se de uma leitura fundamental para a compreensão dos desafios e das perspectivas da educação pública voltada para um projeto societário da classe trabalhadora de transformação social e de emancipação humana.

Rubens Luiz Rodrigues - UFJF